

PARECER Nº 049/2021-PSMV

Processo nº: SRD 336731

Interessado: Comissão formada pela Determinação nº 216 de 10/12/2020, da
CODEVASF/5ª SR.

Referência: Edital 23/2020 (Licitação da Lei 13.303/2016 -Forma Eletrônica)

Retornam estes autos eletrônicos, em atendimento aos despachos de págs. 2159 e 2160, para análise e parecer sobre o relatório de julgamento de págs. 2154 a 2158.

O certame correspondente ao Edital 23/2020 seguiu os princípios previstos na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e os previstos na Constituição Federal, art. 37, *caput*, abaixo transcritos:

*Art. 31 da Lei 13.303 de 30/06/2016: As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os **princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.***

*Art. 37, caput, da CRFB/1988: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.***

A Comissão promoveu várias diligências para tirar todas as dúvidas e subsidiar todas as decisões, conforme art. 20, inciso II, do *Regimento Interno das Comissões de Licitação e dos Pregoeiros*, aprovada pela Resolução nº 329 de 18 de março de 2020.

Por oportuno, registro que a prática da promoção de diligências, demonstrando o zelo dos servidores diretamente envolvidos com as contratações públicas, é reiteradamente incentivada pelo TCU – Tribunal de Contas da União:

*A Comissão pode, em qualquer fase da licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo (obviamente não é possível a inclusão de informação ou documento que deveria constar originariamente da proposta). Inclusive, “a promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no **Acórdão 2159/2016** do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.¹*

*Deficiências de experiência e de capacitação para o exercício de suas atribuições não são causas excludentes de culpabilidade de membros de comissões de licitação, os quais podem ser responsabilizados solidariamente quando não agem com os devidos zelo e diligência e ocasionam grave ofensa ao ordenamento jurídico. **Acórdão 1844/2019**-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER² ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Licitação | SUBTEMA: Comissão de licitação.*

É o parecer, salvo melhor juízo, que se submete à consideração superior.

Penedo-AL, 19 de março de 2021.

Patrícia S. M. Vale

OAB/PE 1274-B

5ª/AJ

¹ Disponível em <http://www.licitante.com.br/diligencia-licitacoes-proposta-desclassificacao/>, acesso: 19/03/2021.

² Disponível em <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/>, acesso: 19/03/2021.